

África, a Mulher Moçambicana e a NEPAD ¹

Olga Iglésias

Departamento de História, Universidade Lusófona, Lisboa

“Onde nenhum caminho estava traçado, nós voámos”

R. M. Rilke, *Poemas*

1. Introdução

A importância do estudo do tema. Mulheres, histórias na História

O texto que vos vou apresentar pretende ser uma reflexão inacabada a partir de histórias vividas, de pensamentos que nasceram subjectivos da experiência feita como mulher moçambicana que ousou sonhar como tantas outras mulheres sonharam que, um dia Moçambique seria um país independente, livre do neocolonialismo, onde todos pudessem viver como pessoas, como iguais, como irmãos.

Este pequeno trabalho não teria sido possível sem o apoio de Filipa Balthazar e de Gertrudes Vitorino, com quem trabalhei na OMM (Organização da Mulher Moçambicana) e da AWEPA (Associação de Parlamentares Europeus contra o Racismo e o Apartheid), através de Lucia van den Berg e Ana Mendonça, que me convidaram a entrar num Projecto belíssimo – Mulher & Democracia e do qual apresentei parte destas reflexões num Seminário “A Mulher Africana e o Desenvolvimento Africano. O caso de Moçambique”, na Universidade de Oslo, de 26 a 30 de Setembro de 1994, em parceria com a escritora moçambicana Paulina Chiziane.

Qual foi o caminho que se seguiu neste pequeno ensaio? Como historiadora proponho-vos o estudo e a pesquisa sobre a história de povos, culturas e civilizações, o que possibilitará ao leitor, o conhecimento de a Mulher na África Lusófona, sobretudo a Moçambicana, o seu papel na modernização, re-invenção da tradição, reconstrução e reconciliação nacionais, aprofundando-o através de fontes documentais, orais e escritas e de bibliografia recente, numa perspectiva comparada, africana e global. As questões que se nos levantaram foram as seguintes:

1. O que é ser Mulher Moçambicana - ontem, hoje e amanhã?
2. Quais os conceitos – chave? Rebeldes, clandestinas e guerrilheiras. Papéis femininos na construção de nações, na formação da África Lusófona independente.
3. Quais foram as associações e organizações partidárias que se destacaram? O papel de intelectuais, escritoras e jornalistas. Permanências, descontinuidades e exílios.
4. Que relação haverá entre Educação e Democracia?
5. Qual o papel da Mulher, no quadro da sociedade civil na defesa dos Direitos Humanos?

A questão da mulher, do seu papel e lugar na sociedade continua em aceso debate em todos os fóruns internacionais e, em particular, na Unidade Africana, sendo sublinhado em importantes documentos como a *NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento de África)*. Consta-se ainda a situação de opressão e de marginalização em que se encontra a mulher africana de hoje. E, geralmente analisa-se esta questão, partindo de uma perspectiva e de modelos teóricos eurocêntricos, que nada têm a haver com a realidade africana.

Este pequeno texto que ora apresentamos, pretende demarcar-se de uma visão negativa e errada não só da história como também da realidade sociológica e cultural dos povos africanos². Gostaríamos de contribuir para uma história de Moçambique, no feminino, onde fosse possível compreender correctamente a situação da mulher.

O objectivo desta análise é, essencialmente prático: facilitar a compreensão da sociedade moçambicana, que é tão complexa, mosaico de povos e de culturas, tão cheia de tensões sociais, tão plena de obstáculos à participação da mulher. Identificar esses obstáculos parece-me importantíssimo para perspectivar “saltos”, “mudanças”, alternativas”. Para tal, foi necessário estar no terreno, lançarmo-nos em trabalho de campo, o que foi possível com o apoio da OMM para observar, verificar e analisar o que é que entrava a participação da mulher no seio da família, na sociedade, no local de trabalho e na vida política.

A finalidade era clara: garantir a ampla participação da Mulher Moçambicana nesta fase de democratização. Como fazê-lo? A OMM deu uma resposta de participação activa na sociedade civil, como movimento de massas, que acompanhei de perto. Por isso, vos convido a conhecer essa experiência concretizada num projecto que esteve em marcha, intitulado: “Mulher & Democracia”.

2. A Terra, a População e a Sociedade

A terra e a população, geografia física e humana, toponímia no feminino

Localiza-se Moçambique, hoje República de Moçambique, na costa sul-oriental da África entre os paralelos 10° 27' e 26° 52' de latitude sul e entre os meridianos 30° 12' e 40° 51' de longitude este, cobrindo uma superfície de 799.380 quilómetros quadrados (isto é, 786.380 de terra firme mais 13.000 de águas interiores). Tem como limites, a norte, a República Unida da Tanzânia, a oeste, (de norte para sul), o Malawi, a Zâmbia, o Zimbabué, a África do Sul (Província do Transval) e o Reino da Suazilândia. A sul, faz fronteira com a África do Sul (Província do Natal) e a leste, é banhada pelo Oceano Índico.

Em traços gerais, a República de Moçambique pode ser caracterizada por três aspectos físicos bem definidos: 1. uma zona costeira, baixa e arenosa; 2. uma zona intermédia de savana; 3. uma zona de planalto interior, mais predominante no Norte.

Apesar da sua forma alongada, da sua grande latitude, Moçambique tem um clima em todo o seu território, de tipo tropical, com duas épocas distintas, a saber: a época das chuvas (de Novembro a Março) sendo Janeiro e Fevereiro os meses mais quentes e húmidos e a época seca (de cinco a seis meses - estação mais fresca).

Pode-se traçar, segundo Manuel de Araújo³ uma divisão do clima em Moçambique:

a) clima tropical chuvoso - existe no Norte e Centro, com excepção de algumas áreas do Niassa, Tete e Manica. Para sul do rio Save só se encontra numa estreita faixa do litoral.

b) clima seco de estepe - quase na totalidade de Gaza e Inhambane, em todo o Sul de Tete e em pequenas áreas do Norte de Manica.

c) clima tropical de altitude - com características temperadas que se encontram em pequenas áreas : terras altas do Niassa, Norte de Tete, terras altas de Manica e na Namaacha.

A pluviosidade varia da costa para o interior, começa por ser maior, na zona costeira para diminuir na savana e aumentar, de novo, nas áreas montanhosas, sobretudo do noroeste (montes Namúli e Milange, na Zambézia). Na grande maioria dos cursos de água, o regime depende muito das chuvas locais. Alguns deixam de correr na época seca, embora na das chuvas atinjam um grande caudal.

Situada, como dissemos na região da África Austral, a República de Moçambique tem uma posição estratégica, pois o seu sistema ferroviário, estradas, portos e aeroportos foi construído durante o colonialismo português, mais para servir a África do Sul e a antiga Rodésia (hoje Zimbabué) do que para atender às necessidades locais. Nesse sentido, o sector de serviços (o tráfico em trânsito, o fornecimento de mão-de-obra para as minas sul-africanas e o turismo, em Maputo e na Beira) era responsável pela maior parte das divisas obtidas pelo país. Daí, a grande dependência económica que Moçambique tem, ainda hoje, da África do Sul.

Administrativamente, a República de Moçambique está dividida em 10 províncias, do Sul para Norte, a saber: a cidade de Maputo, a província com o mesmo nome, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica, Tete, Zambézia, Nampula, Niassa e Cabo Delgado. A sua população no ano de 2005 foi calculada em 19,4 milhões de habitantes, prevendo-se que atinja em 2015, 22,5 milhões.⁴

A Nação moçambicana, ainda em construção é palco de diferentes etnias, sendo a maioria de origem Bantu, por sua vez formada de diferentes formações sócio – linguísticas, segundo o antropólogo português António Rita-Ferreira⁵ a saber: ao norte – Yao, Maravi, Maconde, Islamizados do litoral norte e Macua-Lomwe; ao centro – Nguni, Povos do baixo Zambeze e Xon-Karanga; ao sul – Tonga, Chope e Tsonga. Os dados disponíveis referentes à população em Moçambique são muito precários mas podemos afirmar que, a população está mais concentrada na faixa costeira e nos vales dos rios principais. Nas cidades, localiza-se cerca de 23% da população, estando presentes as minorias branca, asiática e mestiça, habitando nas zonas rurais a maioria negra.

O país tem como capital a cidade de Maputo (Lourenço Marques, no tempo colonial), com cerca de dois milhões de habitantes. Continua a verificar-se uma grande fuga do campo para a cidade, em busca de melhores condições de vida, de segurança e de maior empregabilidade, fenómeno que atingiu um pico considerável durante a guerra civil até finais de 1992 e que a chamada operação “produção”, em 1981, tentou travar, obrigando compulsivamente os “indocumentados” a regressarem aos seus locais de origem.

A maior parte da população citadina habita os “subúrbios”, conhecidos por zona de

caniço, devido ao material local de que são construídas as casas mais pobres, em oposição à cidade de cimento, dos prédios em betão e das moradias dos mais favorecidos. Esta cidade é o principal porto do país, possui o principal aeroporto internacional e é a sede do poder político. Uma segunda cidade e um segundo porto é a cidade da Beira, no centro do território, havendo outras cidades médias, como Nampula, Quelimane e Tete no norte e Inhambane no sul e pequenas, tais como Pemba e Lichinga, Chimoió e Xai-Xai, respectivamente no norte, centro e sul.

3. Algumas informações sobre estudos de género

Historiografia dos séculos XX e XXI. Construindo uma teoria de género.

Após termos traçado um breve quadro físico e humano, vamos caracterizar a dinâmica desta nova fase de democratização da sociedade moçambicana. Podemos então, abordar directamente o tema: “Na entrada do novo milénio, que perspectivas para a Mulher Moçambicana”, contextualizando-o com um ponto de situação dos estudos que têm sido feitos em Moçambique sobre a Mulher Moçambicana.

Os primeiros escritos que encontramos sobre a situação da Mulher, como mãe ou como menina (que necessitava de estudar e preparar-se para a vida futura, longe dos vícios da sociedade colonial), podem ser lidos num jornal de Lourenço Marques (hoje Maputo), chamado “O Brado Africano”, publicado de 1919 a 1974, por um grupo de “homens de côr”, que se associaram em defesa da “causa africana”.

A educação das meninas e das mulheres era para este importante grupo de intervenção, uma das formas de se alcançar o “levantamento moral” da Raça Negra. Os textos publicados então, no fim da 1ª. década do século XX, plenos de ideais, do que poderíamos chamar de proto-nacionalismo advogam, sobretudo para a mulher urbana, uma formação “profissional”, “técnica”, que tinha como centro o seu papel, essencialmente feminino, de mãe em casa (era a chamada educação feminina, onde a costura e a culinária, bem como preceitos de higiene eram ministrados).

No seio do grupo acima referido, conhecido primeiro como Grémio Africano de Lourenço Marques (de 1908 a 1938) e depois, de Associação Africana da Colónia de Moçambique encontramos algumas mulheres que se destacaram a partir dos finais dos anos quarenta como professoras, enfermeiras, empregadas de escritório e de comércio. Escreveram no “Brado Africano, quer em prosa quer em poesia, denunciando a exploração de que eram vítimas.

Conheci três dessas “velhas” senhoras, memórias vivas do sofrimento, relatado ao longo de entrevistas orais. É de uma delas a poesia que passo a citar para que as leitoras e os leitores possam constatar o “salto” que a década de cinquenta representou na consciência dos nacionalistas moçambicanos. Usando o pseudónimo de Vera Micaia, a poetisa moçambicana Noémia de Sousa⁶, dá a esta poesia o título de:

Godido

À Memória de João Dias⁷

Dos longes do meu sertão natal,
eu descí à cidade da civilização.
Embriaguei-me de pasmo ante os astros
suspensos dos postes das ruas
e a atracção das montras nuas
tomou-me a respiração.
Todo esse brilho de névoa, ténue e superficial
que envolve a capital,
me cegou e fez de mim coisa sua.

Quando cheguei,
trazia no olhar a luz verde dos negros simples
e uma dádiva maravilhosa em cada mão.

Mas a cidade, a cidade, a cidade!
Esmagou com os pneus do seu luxo,
sem caridade,
meus pés cortados nos trilhos duros do sertão.
Encarcerou-me numa neblina quase palpável de ódio de desprezo,
e ignorando a luz verde do meu olhar,
a maravilhosa oferta
(essa estrela, esse tesouro) de cada minha mão aberta,
exigiu-me impiedosamente a abdicação
da minha qualidade intangível de ser humano!

Nas noites frias,
sem batuques, sem lua,
as estrelas continuaram brilhando insensíveis,
através da cacimba, suspensas dos postes da rua.
Minha consolação
Minha Mãe silenciosa oferecendo-me suas costas nuas,
mornas como o sol de inverno...
Minha Mãe vencendo a cacimba e a humilhação,
para me vir belekar⁸
humilde e sofredora, com as suas tocantes canções de acalantar!
Ah, mas eu não me deixei adormecer.
Levantei-me e gritei contra a noite sem lua,

sem batuque, sem nada que me falasse da minha África,
da sua beleza majestosa e natural,
sem uma única gota da sua magia!
A luz verde incendiou-se no meu olhar
e foi fogueira vermelha na noite fria
dos revoltados.

Ainda grito,
porque quero ser ainda, sempre, pela vida fora,
o que fui outrora:
Rainha nas costas da minha Mãe!

Como tu, meu irmão negro, desorientado e perdido,
na cidade cruel...
Como tu!

Por isso é que este meu canto ingénuo que soa a banal,
traz no seu fundo mais fundo, Godido meu irmão,
a marca rubra dum selo fraternal,
constante e imortal!
(In *O Brado Africano*)

Mas, é sem dúvida no quadro da luta armada de libertação nacional que foram feitas importantes reflexões e estudos que consideramos “mais globais”, da situação da Mulher Moçambicana, pelo tratamento da problemática dos obstáculos à emancipação, pela estratégia de inclusão da mulher nos centros de decisão e pelo envolvimento da mulher na tarefa principal – a de combater pela independência de Moçambique, como igual, livre e irmã.

Veja-se neste sentido, o discurso envolvente de Samora Machel, Presidente da FRELIMO, ao proceder à abertura da 1ª. Conferência da Mulher Moçambicana, em 4 de Março de 1973 e que teve como título: “A Libertação da Mulher É Uma Necessidade da Revolução, Garantia da sua Continuidade, Condição do seu Triunfo”. Deste discurso, destaca-se a referência ao papel da OMM, então criada (1973). “A Organização da Mulher Moçambicana que se constitui surge na estrutura da FRELIMO como um novo braço da nossa Revolução que deve atingir as largas massas de mulheres que até agora se conservavam à margem do processo de transformação que tem lugar na nossa Pátria. É a Organização da Mulher Moçambicana que deve trazer para a luta pela emancipação da Mulher e para a luta revolucionária, os milhões de mulheres do nosso País.”

Nos momentos de preparação das conferências da OMM, bem como dos congressos da Frente e do Partido FRELIMO, foram feitos levantamentos da situação e sugeridas estratégias de acção. Não se pense que, a concepção, desde o levantamento à elaboração de

textos era consensual. As diferenças de opinião, as divergências chegaram mesmo ao ponto de discutir a participação ou não da Mulher na própria luta armada, na decisão, na esfera mais alta do poder.

Em 1981 aconteceu realmente uma viragem, quando Aquino de Bragança, director do Centro de Estudos Africanos encorajou o estudo, na então Oficina de História, da participação da Mulher na luta armada. Desenvolveu este projecto a Professora Doutora Isabel Casimiro, que começou por entrevistar algumas das mulheres protagonistas, como membros da LIFEMO (Liga Feminina Moçambicana, que foi constituída em Junho de 1966, em Mbeya, Tanzania, e que era formada por elementos marginais à própria luta), do DF (Destacamento Feminino), da OMM, enfermeiras, professoras, secretárias, camponesas, mobilizadoras, transportadoras de material, produtoras de mantimentos e alimentadoras dos combatentes.

Os resultados deste trabalho levaram à criação oficial em Maio de 1991 do Departamento de Estudos da Mulher e do Género (DEMG), em funcionamento desde 1990 e que congrega interdisciplinarmente historiadoras, psicólogas, pedagogas e economistas. A linha e o enfoque da investigação está bem patente nos seus sectores de trabalho:

- Mulher e Lei – Participação no Projecto Regional: “A situação legal da Mulher na África Austral” – A Mulher perante o Direito a Alimentos (1990-1992) e a Mulher perante o Direito de Propriedade e Sucessão (1992-1993);

- Mulher e Força de trabalho – Sector Formal e Informal; dinâmica da força de trabalho feminina;

- Mulher e Meio Ambiente – Tenta delinear as categorias específicas que liguem a abordagem do género ao desenvolvimento do meio geográfico. A partir desta perspectiva, a temática de preocupação proposta relaciona-se com o modelo de desenvolvimento sustentável e, em particular o que diz respeito à Secção da Mulher da Agenda 21;

- Mulher e Comportamento Reprodutivo – Normas costumeiras de educação sexual; direitos reprodutivos da mulher; poder sexual e de dispor do seu corpo; planeamento familiar; tabus como factores psicológicos de inibição da mulher.

4. A questão de fundo: Na entrada do novo milénio em África, que perspectivas para a Mulher Moçambicana?

Em busca da Mulher na NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento de África). Quais são as referências ao papel da Mulher?

Do ponto de vista histórico, houve um período de grande desestabilização, provocada pela guerra civil, logo na década a seguir à independência (25.06.75), guerra que se estendeu a todo o país (1982-1992), e que provocou uma grave crise, uma miséria sem limites, a fome generalizada, a falta de medicamentos, carências de todo o tipo, sofrendo com esta situação, sobretudo as crianças. Hoje Moçambique é considerado um dos países mais pobres do mundo, um país onde de três em três minutos morre uma criança!⁹

Com a guerra, a maior parte das escolas primárias no campo foram destruídas, vinte e duas escolas secundárias, que também se localizavam no campo foram destruídas ou encerradas

devido à guerra, privando do direito à educação, milhares de alunos, levando igualmente a cerca de sete mil professores a ficarem sem trabalho. Muitas destas escolas do interior eram centros internatos, trinta e seis dos quais e quatro centros de formação de professores foram destruídos. Muitos dos professores foram mortos ou raptados e, sobretudo muitos alunos foram raptados ou mutilados. Os estudantes raptados em situação bem trágica, foram treinados como pequenos soldados, interrompendo assim, o seu processo de crescimento normal e padecendo hoje de graves distúrbios mentais.

Centenas de unidades sanitárias foram destruídas, privando milhões de moçambicanos de ter acesso aos serviços de saúde. E, os tribunais distritais, localizados nas regiões abrangidas pela guerra, ficaram paralisados. Assim, com a guerra civil, os moçambicanos foram impedidos de exercer e de ampliar os seus direitos, entanto que indivíduos e, entanto que povo. Portanto, os direitos universais, começando pela dignidade da vida humana, por esta circunstância terrível que foi a guerra, foi duramente sacrificado. A vida em Moçambique hoje é uma questão muito frágil. A estatística oficial aponta para os trinta e oito anos, como a esperança média de vida!¹⁰ Saiu-se da guerra civil, há treze anos (1992) mas prevalecem os factores de fome, miséria e de falta de infra-estruturas que garantam os bens mais essenciais à vida. Perante este quadro doloroso, de sofrimento e de dor do povo moçambicano, em que as desigualdades sociais se agravam a um ritmo assustador, não é possível ficar-se indiferente!¹¹ Segundo o Presidente da República, Armando Emílio Guebuza, 54% dos moçambicanos encontram-se em 2005 em situação de pobreza. “Há pouco tempo eram 69%. Temos de reduzir essa percentagem o mais rapidamente possível para níveis – não digo aceitáveis porque a pobreza não é aceitável – menos pesados”.¹² Não posso deixar de expressar neste pequeno texto um sentimento solidário e de esperança, de que no futuro não se objective apenas a redução mas sim a erradicação da pobreza. Do ponto de vista material, há que destacar o apoio da comunidade internacional através de doação de verbas, de alimentos, de medicamentos, e de todo o tipo de bens essenciais mas seria importante que, a maioria das organizações e ONGs tivessem como lema o conhecido provérbio chinês – “em vez do peixe, ensina a pescar”.

Do ponto de vista teórico e jurídico, há a Constituição, aprovada em 1990, que representa um grande avanço em relação à de 1975. Na Constituição estão salvaguardados os direitos universais, fundamentais dos indivíduos e dos cidadãos – o direito à vida, à dignidade da vida humana, o respeito pela liberdade, de circulação, de expressão, de ideias, de religião, de associação. Está também consagrada a igualdade dos cidadãos, a igualdade da Mulher e do Homem. Se a teoria está tão bem definida, a prática continua distante. A Constituição é ainda um belo programa, que só o desenvolvimento sustentado e integrado da sociedade poderá permitir realizar. Muito há que caminhar se o Estado quiser exercer a sua acção como um Estado de direito, se a sociedade civil tiver força e for adquirindo cada vez mais força, se existirem organizações que defendam os direitos humanos.

Muitos são os sinais de mudança em termos políticos. Hoje é uma realidade a actuação de diferentes partidos políticos e tem sido num ambiente aberto, tolerante e solidário de democracia multipartidária em embrião, que se realizaram as eleições presidenciais e

legislativas, e as autárquicas (ainda que, em apenas trinta e três distritos).

Constata-se que, a sociedade civil se está a organizar em novas formas, aparecendo para além de novos sindicatos, associações e organizações não governamentais, que estimulam a participação activa dos cidadãos na resolução dos seus problemas, numa perspectiva comunitária. Ligados a organizações partidárias e não só, verifica-se a existência de iniciativas de informação e de comunicação social, no quadro de um imprensa livre, que não se cala perante os desmandos do poder político. E, o mais importante de tudo, é que, a população ao regressar à sua terra, reconstruindo as suas casas, recuperando as suas “machambas”¹³, trocando os seus excedentes, circula de novo em liberdade e saboreia o valor da Paz. Em Moçambique, o clima de esperança que se vive é igualmente reflexo do que se passa a nível do continente. Apesar da crise, há esperança num renascimento africano. Veja-se com mais detalhe as iniciativas africanas consubstanciadas na estratégia global da União Africana.

Num cenário de pobreza, fome, doenças e conflitos, trágica realidade do continente africano, quais são os caminhos a trilhar, na entrada do novo milénio para sair do círculo vicioso do subdesenvolvimento? Os líderes africanos produziram um importante documento, conhecido como a *NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento de África)*¹⁴, que resume a filosofia da sua actuação futura, com vista à erradicação da pobreza e colocar África na via do crescimento e desenvolvimento sustentáveis, num mundo em globalização.

Em busca das referências ao papel da Mulher Africana, encontramos algumas que o destacam nos seguintes termos: “Em todo o continente, a democracia está a propagar-se, com o apoio da União Africana (UA) que manifestou uma nova determinação de resolver os conflitos e censurar os desvios às normas. Estas iniciativas são reforçadas pelas vozes da sociedade civil, incluindo as associações das mulheres,¹⁵ jovens e os órgãos de comunicação independentes. Ademais, os governos africanos estão mais do que nunca determinados a realizar os objectivos regionais e continentais de cooperação económica e integração. Isto serve para consolidar os ganhos da transformação económica e reforçar as vantagens da interdependência mútua.”

Como é possível realizar os objectivos deste programa global de desenvolvimento? “Para realizar estes objectivos ¹⁶, os líderes africanos assumem a responsabilidade colectiva a respeito do seguinte: (...) Promoção do papel das mulheres no desenvolvimento económico e social, através do reforço da sua capacidade nos domínios da educação e formação; desenvolvimento das actividades geradoras de rendimento, através da facilitação do acesso ao crédito; e garantir a sua participação na vida política e económica dos países africanos.”¹⁷

Ao delinear a estratégia para a realização do desenvolvimento sustentável no século XXI, indica-se como o objectivo a longo prazo: “Erradicar a pobreza em África e colocar os países africanos, individual e colectivamente, na via do crescimento e desenvolvimento sustentáveis e estancar, desta forma, a marginalização de que a África é objecto no processo de globalização - Promover o papel das mulheres em todas as actividades.”¹⁸

Quais são as metas a atingir? Entre elas, o documento destaca: “Realizar progressos para assegurar a igualdade do género e capacitar as mulheres, através da eliminação das disparidades sexuais no processo de matrícula na educação primária e secundária até 2005;

(...) Reduzir os rácios da mortalidade materna em três quartos entre 1990 e 2015; Providenciar, o acesso para todos os necessitados aos serviços de saúde de reprodução até 2015”.¹⁹

Tratando a magna questão da redução da pobreza, um dos objectivos do milénio a alcançar, segundo as Nações Unidas, a *NEPAD* refere como uma das suas iniciativas a atingir: “Prestar atenção especial à redução da pobreza entre as mulheres”²⁰

No âmbito da agricultura, abordando a iniciativa do acesso a mercados, um dos objectivos indicado em primeiro lugar é o de: “Melhorar a produtividade agrícola, com particular atenção a agricultores de pequena escala e mulheres.”²¹ Finalmente temos a última referência, ao indicar as acções ao nível africano, o documento refere: “Estimular regimes de crédito e financiamento agrícolas, e melhorar o acesso a crédito dos agricultores de pequena escala e mulheres.”²²

Em Moçambique, antes da iniciativa da *NEPAD*, o Estado tinha produzido um importante documento, aprovado em 1999, onde são traçadas as “Linhas de Acção para a Erradicação da Pobreza Absoluta no país – *Action Guidelines for the Eradication of Absolute Poverty (GOM)*. Este documento era o instrumento estratégico para o combate da pobreza absoluta no país a médio e a longo prazos.

Efectivamente, esta acção resultava de uma avaliação crítica que o Governo, saído das primeiras eleições multipartidárias, de Outubro de 1994, fizera às acções de desenvolvimento e da percepção de que a reconciliação nacional; a consolidação da paz; a estabilidade política, económica e social; e o fortalecimento da unidade nacional passava, necessariamente, por um desencadeamento de acções concertadas tendentes à redução dos índices de pobreza no país. Entretanto, para que isto fosse possível, o Governo concluiu ser indispensável a elaboração de um instrumento que espelhasse a dimensão do fenómeno, a natureza das medidas a tomar, a capacidade existente no Governo para fazer face ao flagelo e o plano de acção para o seu combate. Por isso, o Governo da República de Moçambique aprovou o *Plano para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) – Plan for the Reduction of Absolute Poverty (APRAP) 2000-2004.*”²³

5. Reflexões finais

Porque, é que, os belos textos produzidos esbarram perante a dureza da realidade? Quais as razões do seu fracasso? Será que neles entram as pessoas? Os poetas mais sensíveis ao ambiente vivido como Craveirinha, de pés bem no chão, pintam um quadro trágico mas realista da gente moçambicana, população alvo e executante das mais belas políticas, constantemente anunciadas nos fóruns internacionais:

“Gente a Trouxe-Mouxe”²⁴

Gente a trouxe-mouxe da má sorte
calcorreia a pátria asilando-se onde
não cheire a bafó
de bazucadas

Gente que gastronimiza
desapetitosos bifés de cascas
guisadas de raízes ao natural
e sobremesas de capim seco.

Gente dessedentando martírios
nos charcos
se chover.

...

Ou a pé descalço dançando.
A castiça folia.
Das minas.

6. Anexos

6.1. Estatística

- Objectivo 3 - Promover a igualdade de género e dar poder às mulheres
- Objectivo 4 - Reduzir a mortalidade de crianças
- Objectivo 5 - Melhorar a saúde materna
- Objectivo 7 - Assegurar a sustentabilidade ambiental: água e saneamento

6.2. Índice de Desenvolvimento Humano

6.3. Tendências demográficas

6.4. Prioridades na despesa públi

Notas

¹ Doutoranda, Professora Auxiliar Convidada, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

² Ver TSEMO, Sihaka, 1992, pp. 185-186. Especialista em Direito Tradicional Africano e Colaboradora do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane.

³ Ver ARAÚJO, Manuel, *Noções Elementares da Geografia de Moçambique*, pp. 23-24.

⁴ Ver PNUD, *Relatório do Desenvolvimento Humano, 2003, 2004*, pp. 252-253 (em Anexo). Cf. *África 30 Anos Depois*, Lisboa, Visão, 2005, p. 74.

⁵ Rita-Ferreira, António, *Povos de Moçambique. História e Cultura*, Porto, Afrontamento, 1975.

⁶ Noémia de Sousa, de seu nome completo Carolina Noémia Abranches de Sousa, nasceu em Lourenço Marques/Maputo em 1926. A sua obra poética foi escrita entre 1948 e 1951. Ver SOUSA, Noémia, *Sangue Negro*, maputo AEMO, 2001.

⁷ João Dias escreveu “Godido e Outros Contos”, enquanto frequentava a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Filho de Estácio Dias, jornalista do “Brado Africano” e dirigente associativo, no Grémio Africano, nasceu a 21.05.1926 e faleceu em Lisboa, ainda muito jovem em 25.03.49. Ver esta poesia nas pp. 43-44 da “Separata da

Mensagem, dedicada à Poesia em Moçambique.

⁸ Belekar – Embalar a criança nas costas da mãe. Ver Glossário, ob. cit., p. 277.

⁹ A taxa de mortalidade infantil é de 130,79, i.e. mortes por cada mil nascimentos. Ver *África 30 Anos Depois*, (2005), p. 74.

¹⁰ Mais propriamente, 38,1. *Idem, ibidem*.

¹¹ Ver Mosca, João, *SOS África*, Lisboa, Piaget, 2004, pp.23-102.

¹² Ver Entrevista a Armando Guebuza, Presidente de Moçambique durante a visita de Estado a Portugal. In *Diário de Notícias*, 02.11.2005, pp. 14-15.

¹³ Machamba – Campo lavrado

⁴ *NEPAD*, documento assinado por líderes africanos, em Abuja, Nigéria, em Outubro de 2001, com 61p.

¹⁵ O sublinhado é nosso. Ver o ponto 45 da *NEPAD*, p. 10.

¹⁶ Ver o ponto 49 in ob.cit, pp. 11-12.

¹⁷ *Idem*, p. 12.

¹⁸ Ver o ponto 67, in ob. cit., p. 16.

¹⁹ Ver o ponto 68, in ob. cit., pp. 16-17.

²⁰ Ver o ponto 115, in ob. cit., p. 31.

²¹ Ver o ponto 154, in ob. cit., p. 45.

²² Ver o ponto 155, in ob. cit., p. 46.

²³ Análise do diplomata moçambicano Tomé Picasso. Ver PICASSO, Tomé J. L., “Da Organização da Unidade Africana (OUA) à União Africana (UA): Percurso, Lições e Desafios”, Maputo, CIUA/MNEC, s/d (2003), pp. 164-165. Um sinal de esperança captado pelo olhar de um fotógrafo. Ver DOMINGUÊZ, Carlos, *Com o Mundo na Cabeça. Homenagem às Mulheres de Moçambique*, Maputo, Associação do Centro Cultural de Matalana, 1997, p. 60.

²⁴ José Craveirinha in *Babalaze das Hienas*, Maputo, AEMO, 1997.

Bibliografia

AFONSO, Ana Elisa de Santana, (coord.), *Eu Mulher em Moçambique*, Maputo, CNUM/AEMO, 1994.

ALMEIDA, Miguel Vale de, (org.), *Corpo Presente. Treze Reflexões Sobre o Corpo*, Oeiras, Celta Editora, 1996.

Antologias de Poesia da Casa dos Estudantes do Império, 1951-1963, II vol. – *Moçambique*, Lisboa, Ed. ACEI, 1994.

AUBERT, Nicole, ENRIQUEZ, Eugène e GAULEJAC, Vincent de, (direc.), *Le Sexe du Pouvoir. Femmes, Hommes et Pouvoir dans les Organisations*, Paris, Desclée de Brouwer, 1986.

BARRADAS, Ana, *Dicionário Incompleto de Mulheres Rebeldes*, Lisboa, Ed. Antígona, 1998.

BOURDIEU, Pierre, *A Dominação Masculina*, Oeiras, Celta Editora, 1999.

CASTRO, Zília Osório de, (direc.), *Faces de Eva*, Revista de Estudos sobre a Mulher, 3, 2000.

CASIMIRO, Isabel, *Transformação nas Relações Homem – Mulher em Moçambique, 1960/74*, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 1986, (Tese de Licenciatura).

CHABAL, Patrick, BIRMINGHAM, David, FORREST, Joshua, NEWITT, MALYN, ANDRADE, Elisa Silva, *A History of Postcolonial Lusophone Africa*, London, Hurst & Company, 2002.

DOMINGUEZ, Carlos, *Com o Mundo na Cabeça. Homenagem às Mulheres de Moçambique*, Maputo, Associação do Centro Cultural de Matalana, 1997.

NEPAD – Nova Parceria para o Desenvolvimento de África, Abuja, Nigéria, Out. de 2001.

MOSCA, João, *Encruzilhadas para África. Ênfase para os PALOP*, Lisboa, Piaget, 2001.

PNUD, *Relatório do Desenvolvimento Humano - 2003*, Queluz, Editora Mensagem, 2004.

READER, John, *África. Biografia de um Continente*, Mem Martins, Publ. Europa - América, 2002.

Revista *Estudos Moçambicanos*, n.ºs 11/12, Maputo, Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, 1992.

ROQUE, Fátima Moura et al., *O Desenvolvimento do Continente Africano na Era da Mundialização*, Coimbra, Almedina, 2005.

SADC Regional Human Development Report, 1998, vol. 1, Harare, SAPES Books, 1998.

TSEMO, Sihaka, “Direitos e Papel da Mulher Africana no Contexto Político-Jurídico Tradicional: Evolução e Perspectivas”, in Revista *Estudos Moçambicanos*, n.ºs 11/12, Maputo, Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, 1992, p. 183-210.

Estatística	Objectivo 3 - Promover a igualdade de género e dar poder às mulheres										
	Eliminar a disparidade de género nos ensinos primário e secundário,										
	Rácio entre raparigas					Rácio entre alfabetização					
	No ensino		No ensino		No ensino		(15-24 anos)		Parcela feminina		Lugares no parlamento
1990-91	2000-01	2000-01	2000-01	2000-01	2000-01	1990	2001	1990	2001	1990	2003
Angola	0,92	0,88	0,83	0,640		-	-	43	-	15	16
Cabo Verde	-	0,96	-	-		0,87	0,93	-	-	12	11
Guiné-Bissau	-	0,67	0,55	0,18		0,43	0,62	-	-	20	8
Moçambique	0,76	0,77	0,65	0,79		0,48	0,63	-	-	16	30
São Tomé e Príncipe	-	0,92	1,06	0,56		-	-	-	-	12	9
Paises em desenvolvimento	-	-	-	-		0,89	0,91	-	-	-	-
Paises menos desenvolvidos	-	-	-	-		0,72	0,81	-	-	-	-
Paises Árabes	-	-	-	-		0,71	0,83	-	-	-	-
Ásia Oriental e Pacífico	-	-	-	-		0,96	0,98	-	-	-	-
América Latina e Caraíbas	-	-	-	-		1,00	1,01	-	-	-	-
Ásia do Sul	-	-	-	-		0,72	0,80	-	-	-	-
África Subsariana	-	-	-	-		0,80	0,89	-	-	-	-
In PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano - 2003, Queluz,											

Estatística	Objectivo 4 - Reduzir a mortalidade de		Objectivo 5 - Melhorar a saúde materna		Taxa de mortalidade de		Crianças de 1 ano		Taxa de mortalidade		Partos atendidos por	
	Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de		Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa		(por 1.000 nados vivos)		Crianças de 1 ano		Taxa de mortalidade		Partos atendidos por	
	1990	2001	1990	2001	(%)	1990	2001	(%)	1995	1995-2001	(%)	1995-2001
Angola	260	260	166	154	38	72	1.300	23				
Cabo Verde	60	38	45	29	79	72	190	53				
Guiné-Bissau	253	211	153	130	53	48	910	35				
Moçambique	235	197	143	125	59	92	980	44				
São Tomé e Príncipe	90	74	69	57	71	69	-	86				
Países em desenvolvimento	104	90	70	62	71	69	463	56				
Países menos desenvolvidos	182	150	116	101	55	63	1.000	31				
Países Árabes	90	72	63	53	77	84	509	67				
Ásia Oriental e Pacífico	58	43	42	33	88	77	144	80				
América Latina e Caraíbas	53	34	42	28	77	91	188	82				
Ásia do Sul	126	96	84	69	58	60	427	36				
África Subsaariana	180	172	111	107	56	58	1.098	38				
In PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano - 2003,												

